

22/04/2018 - 22:17

Jaraguá reformula plano para quitar dívidas de R\$ 700 milhões

Por **Rodrigo Rocha e Fernanda Pires**

SÃO PAULO - Uma das primeiras empresas atingidas pela Lava-Jato e pela proibição de negociações com a Petrobras, a Jaraguá Equipamentos, que atua na construção de fábricas e sistemas industriais, ganhou uma segunda chance de seus credores. Após um plano de recuperação judicial malsucedido iniciado em outubro de 2015, a companhia não foi capaz de cumprir os pagamentos dos R\$ 700 milhões em dívidas e organiza um novo projeto para evitar a falência.

Com o pedido de recuperação solicitado em meados de 2014, meses depois de ser citada na Operação Lava-Jato, a empresa viu sua receita cair de aproximadamente R\$ 1 bilhão em 2012 e 2013 para cerca de R\$ 30 milhões no ano passado. O número de funcionários da companhia fundada em 1957 foi de pouco mais de 4 mil no seu auge para cerca de 200.

Recaem sobre a Jaraguá e seu presidente, Álvaro Garcia, a acusação de pagamento de R\$ 1,9 milhão para o doleiro Alberto Youssef. O empresário se tornou alvo de inquérito da Polícia Federal. Em sua defesa, diz que foi coagido por Youssef a fazer o pagamento e que não recebeu qualquer benefício em troca. Com a acusação, a empresa entrou na lista de impedidas de negociarem com a Petrobras.

Douglas Duek, da Quist Investimentos, que trabalha em conjunto com o escritório Dasa Advogados na estruturação de um novo plano de recuperação judicial da Jaraguá, explica que o plano inicial alongava o endividamento em 10 anos, em parcelas superiores ao faturamento atual da empresa. "Estamos trazendo uma nova criatividade para essa história para que a empresa possa cumprir o plano dela com os credores", afirmou.

Com os dois anos completos da aprovação do plano, a Justiça consultou os credores sobre a entrada de um novo reestruturador, uma vez que já havia a possibilidade de decretar a falência da empresa. Em torno de 82% dos credores aprovaram a elaboração de um novo plano, a ser votado em 22 de agosto.

A nova proposta tem como pilares a entrada de um investidor, seja como sócio ou comprando parte dos ativos, e a utilização de recebíveis da Petrobras, cujo pagamento é debatido judicialmente. Segundo Duek, em 2014, o montante devido pela Petrobras à Jaraguá era de R\$ 500 milhões. Com as correções monetárias do período, o valor pode ter um crescimento significativo.

Duek não revela nomes, mas disse que já está em negociações com um interessado chinês e outro russo. Para o chinês, uma das alternativas é a aquisição da unidade de Marechal Deodoro (AL), especializada em tancagem. "O nosso intangível, que é a marca e o acervo, é incomparável", afirma.

A maior parte da dívida está nas mãos dos bancos, sendo o Bradesco o maior credor, com R\$ 198 milhões. Há outros R\$ 41 milhões do HSBC, cuja operação brasileira o Bradesco adquiriu em 2016.

Outros credores financeiros, o Banco do Brasil (com R\$ 77 milhões a receber) e o Banco do Nordeste (com R\$ 46 milhões) têm as fábricas de Sorocaba (SP) e Marechal Deodoro, respectivamente, como garantias.

Atualmente, as receitas da empresa advêm basicamente das operações de manutenção de projetos antigos. Além do setor de óleo e gás a companhia também atua em siderurgia, mineração e papel e celulose.

Com relação à proibição de negociações com a Petrobras, a Jaraguá negocia com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a saída da lista de restritos. De qualquer forma, a restrição acaba no fim de 2018, quando termina o prazo de dois anos estabelecido pela estatal.